

**PROVA ESCRITA  
ESPECIALIZADA DA  
BANCA DE DIREITO  
CIVIL, DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL E  
DIREITO EMPRESARIAL**

**16/09/2018**

Ponto sorteado: 3(três)

**1ª Questão – Direito Civil (Valor: 50 pontos)**

Mariana, menor, atualmente com 15 anos de idade, se inscreve em aplicativo de compra e venda de produtos novos e usados. Após uma grande arrumação de armário, vende alguns de seus objetos de uso pessoal, como mochilas antigas e tênis usados. Diante da situação fática apresentada, explique se os atos praticados por Mariana são dotados de valor jurídico.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**2ª Questão – Direito Civil (Valor: 50 pontos)**

Teresa e Augusto morreram vítimas de homicídio doloso praticado por seu filho mais velho, Rodrigo, e mais um cúmplice. Além de Rodrigo, que contava com 20 anos de idade na data do ocorrido, Teresa e Augusto tinham mais dois filhos menores, Renato, de 5 anos, e Rômulo, de 10 anos de idade. Explique como se dará a sucessão de Teresa e Augusto, elucidando a participação a legitimidade do Ministério Público na situação em exame.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**3ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 50 pontos)**

Qual o alcance da estabilização da decisão de organização e saneamento do processo?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**4ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 50 pontos)**

Na hipótese de suspensão do processo em razão da sistemática dos recursos repetitivos, repercussão geral, incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência, haverá a possibilidade de julgamento antecipado parcial de mérito pelo juiz?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

Ponto sorteado: 3(três)

**5ª Questão – Direito Empresarial (Valor: 50 pontos)**

A sociedade A emite uma nota promissória em favor do Banco Beta S/A garantida por aval de João, administrador da companhia A. Vencida e não paga a nota promissória, o Banco Beta S/A ajuíza ação cambial em face de João, obtendo a penhora de bem imóvel de propriedade de João e de Maria, com quem João é casado sob o regime da comunhão universal de bens. Maria opõe embargos de terceiro, sob o argumento da nulidade da nota promissória, por dela não constar a necessária outorga conjugal, conforme disposto no art. 1.647, III, do Código Civil. A pretensão de Maria deve prosperar?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**6ª Questão – Direito Empresarial (Valor: 50 pontos)**

Decretada a liquidação extrajudicial de uma instituição financeira pelo Banco Central, a autarquia informa tal fato à Promotoria de Justiça de Massas Falidas para adoção das medidas cabíveis. O membro do Ministério Público verifica que o inquérito instaurado ainda não foi concluído e tampouco há distribuição de qualquer procedimento às Varas Empresariais da Capital. Face ao expediente recebido, no que diz respeito à responsabilização dos ex-administradores pelo passivo a descoberto que vier a ser apurado, como deve officiar a promotoria?

**Resposta objetivamente fundamentada.**